



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638772 - PI (2021/0002443-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : JOSE AIRTON DIAS DE ABREU E OUTROS
ADVOGADOS : JOSE AIRTON DIAS DE ABREU - PI011705
HIPOLITO DA SILVA LIMA - PI012404
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (Recurso em Sentido Estrito (426) n. 0716019-04.2019.8.18.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 11/6/2019, tendo sido pronunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Os impetrantes sustentam o excesso de prazo na devolução do recurso em sentido estrito à Vara de origem, em manifesta violação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo cabível o afastamento do enunciado da Súmula n. 21 do STJ, aduzindo também que o acusado encontra-se custodiado preventivamente há mais de 2 anos.

Asseveram a ilegalidade da prisão preventiva do paciente, pois se encontra segregado sem a devida tramitação processual, devendo, assim, ser revogada a custódia cautelar por excesso de prazo.

Destacam que o acusado possui bons antecedentes e endereço certo, condições favoráveis para o deferimento da liberdade provisória ou de medidas diversas da prisão.

Requerem, liminarmente, que o paciente possa responder ao processo em liberdade, revogando-se a prisão preventiva ou para que seja deferida a liberdade provisória ou aplicadas as medidas alternativas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, principalmente acerca da remessa do recurso em sentido estrito à vara de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente